

Contas públicas Documento da área técnica do tribunal considera que é preciso revisar isenção de dividendos e recalibrar lucro presumido

Nova etapa da reforma tributária deve mexer em IR e Simples, sugere TCU

Jéssica Sant'Ana e
Guilherme Pimenta
De Brasília

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) enviou ao governo federal um parecer prévio com cinco principais recomendações para a reforma tributária sobre a renda, que será proposta pelo Executivo ao Congresso até meados de março. O objetivo é que o relatório final forneça insumos ou diagnósticos para elaboração do projeto de lei, que vem sendo desenhado pelo Ministério da Fazenda, e para as discussões no Congresso.

A primeira recomendação é revisar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), considerando o aumento do número de faixas de incidência, a atualização da faixa de isenção e aumento das alíquotas máximas. Valores não foram sugeridos até o momento pelos auditores. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu isentar de IR quem ganha até R\$ 5 mil.

No relatório prévio, ao qual o Valor teve acesso, os auditores concluíram que a atual tabela do IR favorece, de maneira desproporcional, as famílias de maior renda. "A alíquota máxima [da tabela] atinge contribuintes em faixas de renda muito desiguais, o que resulta em uma situação em que os contribuintes de renda mais alta pagam uma proporção menor de sua renda em impostos do que os contribuintes de renda mais baixa, prejudicados pela desatualização da faixa de isenção da tabela", dizem os auditores.

Eles ponderam que a simples readequação da tabela do IR com a inserção de mais faixas e alíquotas poderia ter "efeito perverso", pois só atingiria os rendimentos classificados como tributáveis, não alcançando os dividendos (hoje isentos de IR) nem os rendimentos de aplicações financeiras, que são tributados de

forma mais branda.

Por isso, a segunda recomendação que consta no parecer prévio é revisar a isenção de IRPF sobre dividendos, instituindo uma alíquota de contribuição em conjunto com o aperfeiçoamento da tributação dos lucros apurados no Imposto de Renda das empresas (IRPJ).

No documento, a equipe técnica do TCU diz que, caso haja somente a revisão da tabela do IR sem o fim da isenção para dividendos, o peso da tributação sobre a renda recairia principalmente sobre os trabalhadores assalariados e, no limite, incentivaria a "pejotização", pois os dividendos são uma das fontes de renda dos que possuem maior capacidade contributiva (ricos).

Eles lembram que o projeto de reforma do IR, proposto pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso, projetava ganho anual de R\$ 63 bilhões a R\$ 76 bilhões com a aplicação de uma alíquota de 15% sobre lucros e dividendos. Considerando a compensação com a diminuição da alíquota do IRPJ, o impacto cairia para R\$ 20 bilhões, mas ainda seria positivo.

"Além do caráter arrecadatório (fiscal), ambas as medidas propostas nesses projetos de lei teriam o potencial de mitigar os efeitos regressivos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Física", afirmam os auditores, lembrando que a proposta inicial do governo passado previa também a revogação dos juros sobre o capital próprio (JCP), algo que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) tentou aplicar em 2023, mas não teve sucesso.

Parecer prévio faz parte de processo aberto pelo TCU para avaliar tributação sobre a renda

A terceira recomendação feita no parecer prévio é a recalibração dos parâmetros do Simples Nacional e lucro presumido, o primeiro para empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões, e o segundo, R\$ 78 milhões. Os auditores constataram dois principais problemas com esses regimes: isenção dos lucros distribuídos pelas empresas e elevados limites de faturamento para enquadramento.

Esses problemas identificados, diz o parecer prévio, incentivam à "pejotização" e violam o princípio de equidade tributária horizontal. O documento lembra que não é prática internacional conceder benefícios fiscais a empresas com faturamento superior a US\$ 1 milhão. "Essa disparidade no tratamento tributário entre empresas sob diferentes regimes de tributação resulta em distorções significativas no sistema tributário brasileiro, prejudicando a justiça e a equidade no tratamento dos contribuintes."

Outra recomendação que consta no parecer prévio é aperfeiçoar o Simples Nacional. Além da questão do limite muito alto de faturamento para enquadramento, os auditores criticam a existência de múltiplas faixas de faturamento e setores de atuação, cada uma com suas próprias alíquotas. "Isso gera competição desigual no mercado, em que empresas com faturamento próximo podem estar sujeitas a cargas tributárias distintas."

Por fim, a quinta recomendação diz respeito à adoção de mecanismos que permitam a consolidação das informações financeiras de todas as entidades de um grupo empresarial. Isso porque a base de cálculo do IRPJ é apurada individualmente por CNPJ, o que pode não refletir a realidade econômica dos grupos. "Estes grupos frequentemente se estruturam com múltiplos CNPJs como parte de estratégias de planejamento tributário", diz o parecer prévio. Os auditores lembram que vários países adotam a tributação consolidada da renda, o que contribui para a equidade e imparcialidade e reduz práticas de planejamento tributário abusivo.

Os técnicos também afirmam que a progressividade do sistema tributário deve ser acompanhada "de outras medidas que fortaleçam a justiça fiscal, como a simplificação, a transparência, a fiscalização e a participação social".

O parecer prévio faz parte de um processo aberto pelo TCU para avaliar a tributação sobre a renda no Brasil. O documento foi enviado para comentários da Casa Civil, da Receita Federal e da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. Depois dos gestores emitirem comentários, será feita a versão final do relatório, que será levado para votação pelos ministros em plenário. O relator é o ministro Augusto Nardes.

Os tributos relacionados a consumo, patrimônio e folha de pagamento não foram incluídos na auditoria.

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



CNC FICA NO TOP 5 DO RANKING DO BANCO CENTRAL PARA PROJEÇÕES DA SELIC

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ficou no Top 5 do Ranking Focus do Banco Central (BC) para a projeção da taxa básica de juros, a Selic. Com essa posição, a CNC entra no grupo seleto das melhores casas especializadas em análise econômica do País.

O ranking, divulgado pelo Boletim Focus no dia 12, reflete as projeções dos especialistas de mercado e reúne os principais indicadores

macroeconômicos do País, como atividade econômica, inflação, juros e câmbio. A CNC acertou na redução de 0,5 p.p. da Selic, com a taxa caindo de 12,25% para 11,75%.

Com o objetivo de trazer segurança para empresas e investidores, o boletim atribui nota às projeções de cada instituição e elabora um ranking de periodicidade trimestral para mostrar ao mercado quem são os especialistas que tiveram as melhores projeções. O intuito

do ranking é diminuir a assimetria de informação para os leitores, identificando quem são as casas especializadas mais eficientes.

O ranking é considerado o principal instrumento para a tomada de decisão nos negócios, ao trazer a ancoragem das expectativas dos especialistas de mercado. Além da análise da taxa básica de juros, a CNC foi reconhecida na modelagem de câmbio e inflação 12 meses (IPCA 12 meses).

ORQUESTRA JOVEM DO SESC SE APRESENTA NO FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA

A Orquestra Jovem Sesc Brasil faz parte da programação da 12ª edição do Festival Internacional Sesc de Música, a ser realizada em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Formada por 60 estudantes de projetos de musicalização da instituição, desenvolvendo em 11 estados, a orquestra fará uma apresentação no dia

24 de janeiro, às 20h30, no Teatro Guarany, com regência do professor Geovane Marquetti. O concerto será transmitido ao vivo pelo site do evento – www.sesc-rs.com.br/festival.

Projeto que une educação musical e inclusão social, o Sesc Orquestras Jovens está presente em todas as regiões do País, oferecendo cursos de instrumentos e

prática de conjuntos para adolescentes, muitos deles em situação de vulnerabilidade social. A participação no festival tem como objetivo proporcionar aos alunos a oportunidade de fazer aulas práticas e teóricas com professores de referência na música de concerto, representando capacitação técnica e vivência únicas aos jovens.



Presente em todas as regiões do País, projeto do Sesc une educação musical e inclusão social

SENAC RIO OFERECE CURSOS DIGITAIS GRATUITOS PELA PLATAFORMA RIO ON

Estão abertas as inscrições para preencher mais de 5 mil vagas em cursos on-line gratuitos, oferecidos pela iniciativa Rio On. Trata-se da primeira plataforma digital gratuita de aprendizagem do município do Rio, lançada em julho de 2023 pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, em parceria com o Senac-RJ.

As aulas, que começam na próxima segunda, dia 22, terão método de ensino baseado no desenvolvimento de habilidades voltadas para o século 21. A plataforma está disponível no link <https://cienciaetecnologia.prefeitura.rio/plataforma-rio-on>.

O pré-requisito é ter 16 anos ou mais e ser morador do município do Rio de Janeiro. Os cursos são oferecidos na modalidade remota, com aulas em tempo real. Há opções no eixo de Tecnologia Básica e Avançada, como Excel Dashboard Planilhas Gerenciais e Análise de Dados com Power Bi; no eixo de Comunicação, como Design Gráfico Digital; e no eixo Empreendedorismo Inovador (Design Thinking

e Processos Criativos, Fundamentos para Projeto de Móveis Planejados, Educação Financeira, Liderança Comunitária e Trabalho em Equipe).

Com carga horária que varia de 8 a 60 horas, os cursos estão voltados para a aceleração de possibilidades de trabalho e renda, buscando reduzir a escassez de profissionais qualificados para as demandas do presente e do futuro.



Os cursos são na modalidade remota, com aulas em tempo real

Recomendações

Parecer prévio da área técnica do TCU traz sugestões para a reforma do IR

Problemas identificados

Regressividade e falta de equidade horizontal na tributação da renda de pessoas físicas

Falta de neutralidade e de equidade na tributação da renda das pessoas jurídicas

Falta de neutralidade e de equidade na tributação de offshores e fundos fechados

Propostas

Revisar a tabela progressiva do IRPF, considerando o aumento do número de faixas de incidência, a atualização da faixa de isenção e aumento das alíquotas máximas;

Revisar a isenção de lucros e dividendos, considerando a instituição alíquota de IRPF em conjunto com o aperfeiçoamento da tributação dos lucros apurados no IRPJ;

Recalibração dos parâmetros dos regimes especiais (Simples e Lucro Presumido), preservando o tratamento favorecido à empresa de pequeno porte de fato;

Aperfeiçoar o Simples Nacional para que empresas com características semelhantes, independentemente do setor de atuação, seriam tributadas de forma uniforme; e

Adotar mecanismos que permitam a consolidação das informações financeiras de todas as entidades de um grupo empresarial para ter uma tributação condizente com a verdadeira performance do grupo.

Fonte: Valor. *Parecer prévio enviado ao governo. Relatório ainda pode sofrer alterações e precisa ser aprovado pelo plenário do TCU.

Curtas

Simples e MEI

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, voltou a pedir que o Ministério da Fazenda amplie o teto dos microempreendedores individuais e do Simples Nacional e dê andamento ao que seria uma espécie de "Desenrola da pessoa jurídica". Segundo França, há 7 milhões de MEIs endividados que poderiam ser beneficiados com esses descontos.

Cotas para trans

O Ministério Público Federal recomendou que o edital do Concurso Público Unificado, publicado na semana passada, reserve 2% das vagas do cargo de auditor fiscal do trabalho para pessoas transgênero. O pedido foi feito pelas Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão em Setepegas no Acre. A orientação foi enviada à Comissão de Governança e Comitê Consultivo e Deliberativo, responsáveis por organizar o concurso.

Absorventes

O Ministério da Saúde incluiu absorventes higiênicos entre os produtos distribuídos gratuitamente pelo programa Farmácia Popular às beneficiárias do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual. O Farmácia Popular tem por objetivo disponibilizar, por meio da rede privada de farmácias, medicamentos, fraldas geriátricas e absorventes higiênicos, previamente definidos pelo ministério.

TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Acesse o site afavordobrasil.cnc.org.br e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o País a superar a crise.

www.portaldocomercio.org.br



@slstema.cnc



@slstema.cnc



@slstema.cnc



@tvncnlline